



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Esplanada dos Ministérios Bloco L sala 200 Ed. Sede - Cep 70 047-900
Telefones 2104. 9377 /2104 9381 e Fax 2104 9362
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do
Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM
Ajuda-Memória – 19ª Reunião Ordinária

Data: 05/06/2008, das 10:00 às 13:30h.

Local: 2ª Câmara do Centro Cultural Evandro Lins e Silva – edifício da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres (SPM-L2 sul).

Participantes:

- Ana Margarida Koatz – MCid
- Arlete Zago – CNDM
- Cecília Teixeira – Fórum organismos/estados
- Danielle Cancela Cronemberger – MPOG
- Elisabete Busanello – MDA
- Fábiana Souza – SPM/PR
- Júnia Cunha – MDS
- Leila Bezerra – Funai
- Lourdes Bandeira – SPM/PR
- Lourdes Leitão – Fórum organismos/estados
- Magaly Correia Marques – Casa Civil
- Márcia Vasconcelos – OIT
- Maria Beatriz de Faria – MME
- Maria Cláudia Canto Cabral – MinC
- Maria de Fátima Kobielski – MTE
- Maria Márcia S. Leporace – SPM/PR
- Mônica Rodrigues – MDS
- Regina Viola – MS
- Rosaly Scalabrin - Fórum organismos/municípios
- Rosana Oliveira – MEC
- Sônia Malheiros – SPM/PR
- Taís Silva – SPM/PR
- Virgílio Sirimarco – Secom/PR

1) Apresentação dos orçamentos de cada ministério para o período 2008-2011

A reunião foi iniciada pela discussão dos orçamentos de cada ministério no Plano, tal como havia sido acordado na última reunião ordinária e extraordinária. A coordenadora do Comitê iniciou informando que alguns órgãos não haviam encaminhado as informações solicitadas no prazo, em função de diversas dificuldades internas. Diante disso, levantou a necessidade de se fechar um acordo entre os/as integrantes do Comitê, pois o Plano deverá ser impresso o mais rápido possível e isso depende da definição orçamentária. Destacou que esta foi uma determinação da Ministra e que, nos casos em que o ministério não informar o orçamento sob sua responsabilidade, a SPM irá estimar os recursos a serem investidos nos próximos quatro anos.

Em seguida, a coordenadora solicitou que cada representante fizesse uma explanação sobre o processo de levantamento dos recursos no seu ministério, para conhecimento de todo o Comitê. Ainda neste ponto de pauta, foi solicitada uma explanação sobre a existência ou não de comitês de gênero nos ministérios e, em caso positivo, como se deu o processo de criação. As intervenções de cada ministério estão detalhadas a seguir:

- a) **Ministério da Saúde (MS):** a representante destacou que este tipo de processo não é fácil e que a articulação com a Coordenação de Planejamento e Orçamento de cada Secretaria finalística do ministério foi prejudicada, muitas vezes, pela insuficiência e baixa qualificação dos seus recursos humanos, inclusive porque há um desconhecimento do PPA por essas áreas. Informou que está cada vez mais difícil desagregar os recursos por ação, mas que a Área Técnica da Saúde da Mulher fez uma análise crítica sobre as informações das áreas finalísticas, o que resultou numa adequação dos recursos estimados à realidade, com base na execução dos anos anteriores. Isto significa que o MS irá executar, no mínimo, os recursos estabelecidos que somam cerca de R\$ 300 milhões. A representante disse ainda que o MS criará um orçamento da saúde da mulher, com dados padrões, que será alimentado anualmente. Por último, sugeriu que o período estabelecido pela SPM para definição dos recursos do PNPM fosse compatibilizado com o momento de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de cada ano.
- b) **Ministério de Minas e Energia (MME):** a representante informou brevemente que prioridade do MME está nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que ela irá conversar no Ministério para que seja estipulado um percentual dos recursos definidos para os seus programas em 2008 e 2009, de modo a ser destinado à implementação das ações sob a responsabilidade do MME no II PNPM.
- c) **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):** a representante destacou que encontrou as mesmas dificuldades levantadas pelos outros ministérios durante o processo de definição dos recursos, embora haja um respaldo das Convenções Internacionais e uma prioridade política do MTE em relação ao Plano. Ressaltou que cada Secretaria tem quase que uma estrutura de Ministério, o que dificulta a articulação interna, mas a definição de um valor global por ministério facilitou. Os recursos do MTE já foram determinados, embora não tenha sido previsto recurso para algumas ações. A representante informou que isto foi possível em função de um processo de articulação interna bastante positivo. A SPM fez uma intervenção para informar que participou de uma reunião muito produtiva com todas as Secretarias do Ministério. Informou que foi criado, no âmbito do Ministério, a Comissão de Igualdade de Oportunidades de Gênero, Raça e Etnia, de Pessoas com Deficiência e de Combate à Violência, cujos membros foram nomeados por

meio da Portaria nº 244/08, publicada no dia 13.05.2008, e que a experiência de institucionalização foi muito boa.

- d) **Ministério da Cultura (MinC):** a representante comunicou que não possível encaminhar as informações no prazo e que não era costume do Ministério não entregar as demandas nos prazos estabelecidos. Em seguida, destacou que o capítulo de Cultura, Comunicação e Mídia é novo no Plano e que algumas ações definidas neste capítulo ainda não são implementadas pelo MinC. Elas foram contempladas no II Plano como uma forma de induzir a sua implementação pelo Ministério, o que dificultou o levantamento dos recursos. A representante comprometeu-se encaminhar as informações dentro novo prazo. Finalmente, informou que o processo de criação de um Comitê de Gênero ainda não foi possível, em função da grande quantidade de atividades no Ministério, embora já haja o aval do Secretário Executivo.
- a) **Ministério das Cidades (MCid):** a representante do Ministério iniciou a sua intervenção constatando um adiamento no que se refere à entrega do levantamento dos recursos para o Plano, pois o Aviso encaminhada pela Ministra Nilcéa ao gabinete do Ministro implicou na necessidade de uma resposta formal. Destacou que o processo encontra-se no gabinete aguardando o posicionamento do Ministro e das Secretarias e que este processo poderia ser demorado, em função da agenda carregada do Ministro. Ressaltou que esta posição se deve, em parte, à prioridade dada ao PAC. Por último, em relação à existência ou não de comitês de gênero nos ministérios, a representante solicitou que a Ministra Nilcéa encaminhe documento ao MCid sugerindo a criação de um Comitê de Gênero e citando a Portaria Presidencial e/ou o Decreto referente ao assunto, como forma de ajudar a deslanchar o processo.
- b) **Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):** a representante destacou que a planilha com os recursos do Plano não tinha sido concluída, uma que vez que algumas ações ainda não tinham estimativa de recursos. Informou que o montante parcial de recursos a ser alocado pelo Ministério é de cerca de R\$ 2,1 bilhões. Ressaltou que houve uma grande dificuldade de desagregar os recursos do Ministério para estimar os recursos do Plano, já que os programas do MDS têm como foco a família. Além disso, enfatizou que a discussão de gênero não permeia todo o Ministério e que o Comitê de Gênero ainda não foi criado, mas que já está sendo providenciado em pequena escala. Finalmente, solicitou que a SPM fosse parceira no evento de instalação do Comitê.
- c) **Fundação Nacional do Índio (Funai):** a representante informou que, dado que a Funai é subordinada ao Ministério da Justiça (MJ) embora tenha autonomia financeira, se reunirá com as representantes do MJ para levantar os recursos a serem alocados no Plano. Ademais, solicitou que a SPM coloque a Funai como órgão parceiro em todas as ações do Plano direcionadas às indígenas.
- d) **Ministério da Educação (MEC):** a representante destacou que houve um processo de articulação interna com todas as Secretarias do MEC envolvidas na implementação do Plano e com o apoio da SPM, para levantamento dos recursos a serem disponibilizados no PNPM, que foi encaminhado dentro do prazo estipulado. Comunicou ainda que o processo de criação do Comitê de Gênero encontra-se em andamento no Ministério. A SPM fez uma intervenção para dizer que participou de uma reunião com algumas Secretarias do Ministério que foi bastante produtiva.
- e) **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):** a representante comunicou que as informações sobre os recursos e os programas e ações do PPA já haviam sido encaminhados anteriormente pelo Ministério e deverão ser mantidas.

A coordenadora do Comitê ressaltou, a partir destas falas, que compreende as dificuldades daquelas que se manifestaram, até porque são problemas comuns a todos os órgãos, inclusive à SPM, mas que seria necessário um esforço no sentido de se definirem os orçamentos para o II Plano por parte daqueles que ainda não haviam encaminhado. Combinou, então, que as/os integrantes do Comitê teriam até o **dia 15/06 (prazo final)** para apresentarem seus orçamentos globais para o período 2008-2011, bem como quaisquer alterações no Plano que se fizessem necessárias.

2) Aprovação das memórias da 17ª e 18ª Reuniões Ordinárias do Comitê

Após a discussão do orçamento do Plano, a coordenadora do Comitê solicitou que todas as representantes presentes na reunião fizessem uma leitura das memórias da 17ª e 18ª Reuniões Ordinárias do Comitê, as quais foram aprovadas com pequenas alterações de redação. Algumas representantes questionaram se a Caixa Econômica Federal já havia sido convidada para integrar o Comitê, uma vez que não esteve presente nas últimas reuniões. A coordenadora do Comitê comunicou que já havia solicitado ao gabinete da Ministra Nilcéa o envio do convite.

3) Aprovação do Regimento Interno do Comitê

Após a aprovação das memórias da 17ª e 18ª Reuniões Ordinárias do Comitê, passou-se à leitura da última versão do Regimento Interno do Comitê, discutida na 18ª reunião ordinária, para sua aprovação. Diversas foram as colocações dos/as presentes e, entre as definições tomadas, cabe destacar:

- **Artigo 2º:** inclusão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como integrante permanente do Comitê, por ser o principal órgão responsável pelo provimento de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. Demais instituições poderão ser convidadas para participar de determinadas reuniões, conforme já previsto no Regimento;
- **Artigo 4º:** retirar o parágrafo único (Os/as integrantes do Comitê deverão preencher o SAPNPM trimestralmente), uma vez que o seu conteúdo já está, de certa forma, previsto no parágrafo 1º do Artigo 5º. Além disso, definiu-se que será colocada, neste mesmo parágrafo 1º do Artigo 5º, a periodicidade “preferencialmente a cada trimestre”, já que algumas representantes questionaram o “trimestralmente”, por ser um período curto em relação à possibilidade de apresentação de resultados pelos Ministérios. Entretanto, outras representantes destacaram a importância de se manter uma periodicidade para que garantir o compromisso de preenchimento do sistema por parte dos órgãos e que o sistema permite o preenchimento de observações em relação à execução das ações;
- **Artigo 5º:** retirar o inciso III, dado que a atribuição prevista nele é de competência da coordenação do Comitê e já foi mencionada no também inciso III do Artigo 4º; alterar a redação do inciso IV para “articular a criação e o funcionamento de comitês de gênero ou similares nos órgãos da administração pública federal”, uma vez que a função de apoiar é do Comitê e cabe aos órgãos fazer a articulação para isto seja viabilizado; retirar a expressão “sob a coordenação das representações específicas” dos incisos V e VI, para não possibilitar o entendimento de que é responsabilidade apenas das representações específicas (organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM) realizar a interlocução entre o Comitê e o Fórum de Mecanismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e o CNDM; alterar a redação do parágrafo 2º para “Cabe aos/as

representantes de instituições do governo federal e dos organismos governamentais de políticas para as mulheres dos estados e municípios o fomento à construção e alimentação de sistemas de acompanhamento dos planos estaduais e municipais, em articulação com o sistema nacional”.

As demais propostas aprovadas foram contempladas no novo Regimento Interno do Comitê que segue em anexo a esta Ajuda-Memória. Durante a discussão, ficou definido que a SPM fará uma apresentação dos sistemas antigo e atual do PNPM, para conhecimento e avaliação das/os integrantes do Comitê. Nessa direção, foi levantada a necessidade de discussão nas próximas reuniões de que tipo de monitoramento será feito pelo Comitê durante a implementação do II PNPM.

4) Apresentação de proposta de roteiro para o documento de avaliação do I PNPM

Em seguida, passou-se à leitura e discussão da proposta de roteiro para o documento de avaliação do I PNPM. O documento foi aprovado com algumas alterações de redação e definiu-se o prazo de 25/07 para envio das informações por parte dos órgãos integrantes do Comitê. A SPM fará a sistematização do relatório de avaliação, que será apresentado e discutido na reunião 21ª Reunião Ordinária do Comitê, a ser realizada no dia 31/07, conforme calendário de reuniões.

5) Apresentação do MME

A coordenadora do Comitê passou então para o último ponto de pauta, qual seja a apresentação dos Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente sobre a experiência de criação dos seus Comitês de Gênero. Foi comunicado que o MMA não faria a apresentação, em função das mudanças ocorridas no Ministério. Passou-se então a palavra à representante do MME que fez a sua explanação. Diversas foram as informações apresentadas, cabendo destacar: a criação do Comitê Permanente para as Questões de Gênero do MME e Empresas Vinculadas foi uma criada na gestão da Ministra Dilma Rousseff, a partir da participação do MME na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; o Comitê tem uma atuação importante no Ministério, a partir das suas assembléias gerais ordinárias e rotativas, orientando as linhas de ação para cada ano; uma capacitação sobre a temática de gênero é oferecida a cada assembléia, pela empresa anfitriã; destacou que a atuação do Comitê vem se tornando uma referência para outros Ministérios e constitui-se numa boa prática no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero, implementado pela SPM.

6) Informes

6.1. A representante do Ministério das Cidades informou que a Secretaria de Programas Urbanos passa a fazer parte do Acordo de Cooperação entre o MCid e a SPM, no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher, o qual contemplava apenas a participação da Secretaria Nacional de Habitação.

6.2. A representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fez uma intervenção para parabenizar o trabalho do Comitê durante todo o processo de construção do II PNPM, do qual não participou diretamente, mas acompanhou por meio do material encaminhado pela coordenação do Comitê.